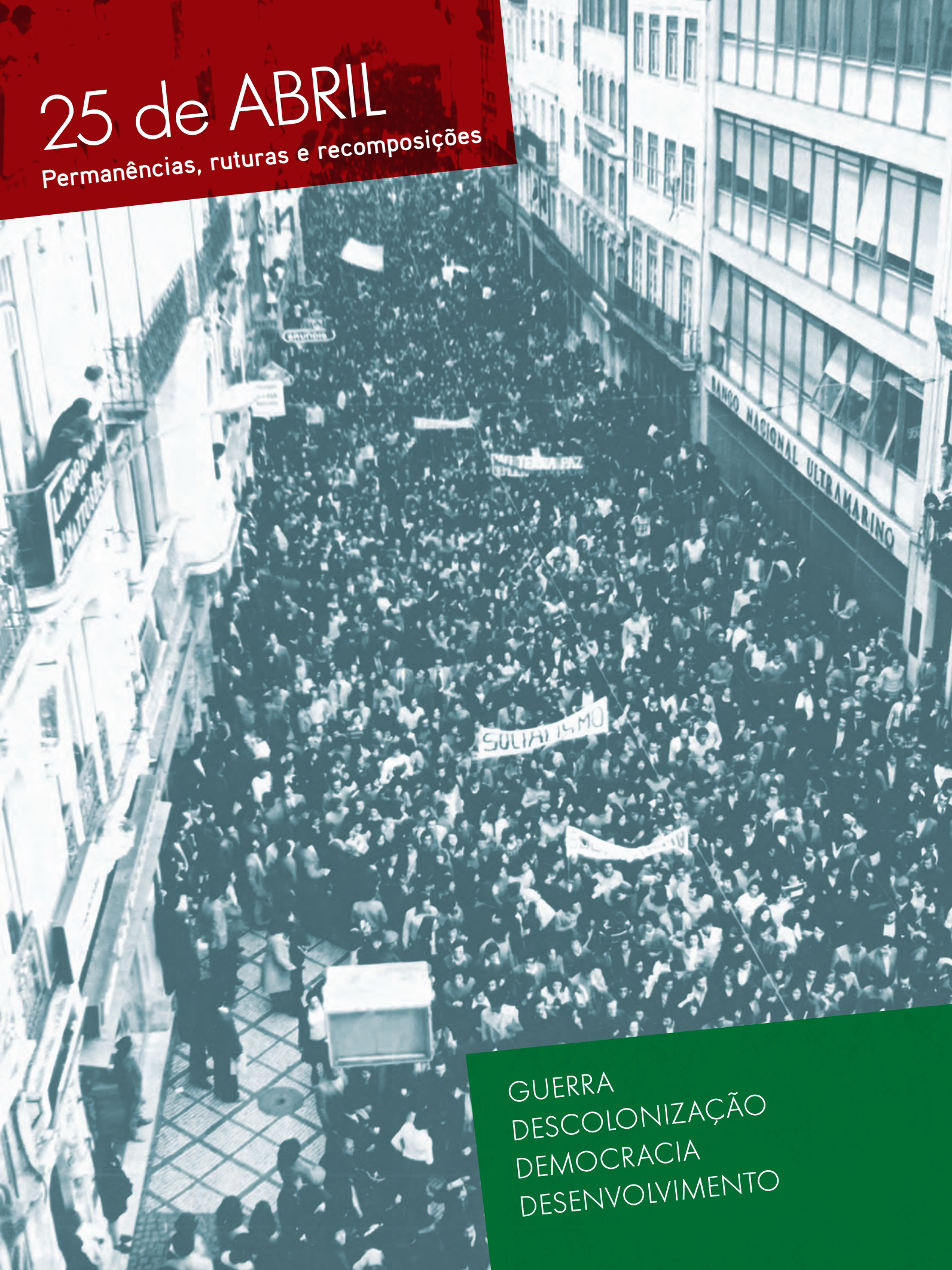


25 de ABRIL

Permanências, ruturas e recomposições



GUERRA
DESCOLONIZAÇÃO
DEMOCRACIA
DESENVOLVIMENTO

- 3 Introdução
- 5 Apresentação

GUERRA 9

Conflito de paradigmas sobre o país e a religião

- 10 Um passado que teima em não passar. Em torno da ideologia colonial
- 16 A guerra colonial, a Revolução de Abril e a literatura
- 21 Internacionalização do problema das colónias portuguesas. Contributos das Conferências de Solidariedade
- 28 "Ando aflita, Senhora de Fátima, a guerra está em Portugal"
- 34 Entrevista com Jorge Wemans: O (lento) despertar católico contra a guerra colonial
- 38 A vigília da Capela do Rato
- 40 Cronologia

DESCOLONIZAÇÃO 41

Uma exigência ética e esgotamento de um paradigma de uma nação pluricontinental e de um império católico

- 42 A resistência à descolonização em Portugal (1961-1975)
- 48 D. Sebastião Soares de Resende, bispo da Beira, no processo de libertação de Moçambique (1943 a 1967)
- 54 Movimentos e ambientes estudantis protestantes em Portugal: origens e relações com os espaços coloniais (1918-1967)
- 61 O escutismo nas colónias
- 65 Por um cristianismo genuinamente africano: colonização, descolonização e evangelização
- 70 Colóquios pastorais em Angola: o papel dos missionários espiritanos na transformação política e social no pós-Vaticano II
- 74 Cronologia

DEMOCRACIA 75

Reivindicação de participação cidadã e o lento despertar dos católicos para a causa democrática

- 76 Portugal social 1968-1974
- 79 A liberdade como questão: da colaboração à rutura
- 83 Movimentos de mulheres na transição para a democracia
- 88 Igreja e Revolução: da "santa prudência" à "santa irreverência"
- 95 Percursos entre a crença e cidadania: os católicos sob o signo da pluralidade
- 104 Cronologia

DESENVOLVIMENTO 105

Aspirações de "uma vida melhor": mais escolaridade, trabalho, habitação e justiça social

- 106 "Portugal: o país que somos, o país que queremos ser": o diagnóstico SEDES
- 109 CCO: as duas fases da militância operária católica na última década do Estado Novo
- 118 Só os trabalhadores libertarão os trabalhadores
- 120 A reforma da educação no início dos anos 1970 do século XX
- 129 O "Património dos Pobres": resposta "modelar" a um problema premente
- 137 Um novo regime, uma nova infância – o combate ao trabalho infantil
- 142 Cronologia



Edição

Conferência Episcopal Portuguesa
(Agência Ecclesia/Secretariado Nacional das Comunicações Sociais)



Coordenação científica

Centro de Estudos de História Religiosa
da Universidade Católica Portuguesa



CATÓLICA
CEHR · CENTRO DE ESTUDOS
DE HISTÓRIA RELIGIOSA

Propriedade

Conferência Episcopal Portuguesa
Agência Ecclesia/Conferência Episcopal Portuguesa

Projeto gráfico, paginação e arte final
Paulo Froes / www.beebook.pt

Produção gráfica
Maiadouro

Tiragem
2000 exemplares

Depósito legal
xxxxxxxxxxxxx

Redação e Administração

Quinta do Bom Pastor
Estrada da Buraca, 8-12 – 1549-025 Lisboa
(351) 218 855 472 (custo para a rede fixa nacional)
agencia@ecclesia.pt
www.ecclesia.pt

Coordenação Científica

Centro de Estudos de História Religiosa (UCP-CEHR)
Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa
Palma de Cima, 1649-023 Lisboa
secretariado.cehr.ft@ucp.pt
www.cehr.ft.lisboa.ucp.pt

Equipa coordenadora

Edgar Silva
Isabel Bolas
João Francisco Pereira
Luís Leal
Nuno Estêvão Ferreira
Pedro Lourenço Feliciano
Pedro Silva Rei
Rita Mendonça Leite

Autores

Adolfo Cueto-Rodríguez
André Cabrita
António Matos Ferreira
António Marujo
Carlos Alberto Alves
Carlos Almeida
Carlos Simões Nuno
Catarina Pimentel Neto
Edgar Silva
Gonçalo Brito Graça
Joana Ralão
João Francisco Pereira
José Manuel Vasconcelos
Luís Leal
Manuela Assis
Maria Inácia Rezola
Pedro Lourenço Feliciano
Pedro Silva Rei
Rita Almeida de Carvalho
Timóteo Cavaco

AGRADECIMENTOS

Instituições

Direcção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas
Ephemera – Arquivo e Biblioteca de José Pacheco Pereira
Fundação Mário Soares e Maria Barroso
Centro de Documentação 25 de Abril

Particulares

Fernando Mariano Cardeira
Alfredo Cunha
António Macedo

Imagem de capa: Rua Ferreira Borges em Coimbra, 1.º de maio (1975?).

Fonte: Espólio de Ivo Cortesão (FT01554_CX5_EN10), Centro de Documentação 25 de Abril (Universidade de Coimbra).

“Portugal: o país que somos, o país que queremos ser”: o diagnóstico SEDES

João Francisco Pereira

(UCP-CEHR; HTC NOVA FCSH - CFE-UC)

A SEDES, Associação para o Desenvolvimento Económico e Social, foi constituída a 25 de fevereiro de 1970. Surgiu num período de rápidas mudanças económicas, que coexistiam com graves desequilíbrios socioeconómicos e bloqueios políticos estruturais. Esta associação pretendia reunir intelectuais, técnicos, quadros de base “empenhados em atividades de promoção económica, social ou cultural”. Partilhavam o desejo de uma sociedade pluralista e liberta de “estruturas ultrapassadas”. Os fundadores da SEDES eram oriundos de diferentes formações académicas, estratos sociais, atividades profissionais e opções políticas, mas todos nutriam uma grande vontade de mudança. A sua prática de militância social era também ela diversificada, tendo alguns membros passado pelo associativismo académico, prática de contestação política contra o sistema, participação em organizações cristãs e atividade sindical.

Entre os membros fundadores contam-se personalidades como Miguel Caetano, António Alçada Baptista, Alfredo Bruto da Costa, Rui Vilar, Adérito Sedas Nunes e vários deputados da chamada “Ala Liberal”. Integraram esta associação inclusive membros do próprio Governo como Xavier Pintado e João Salgueiro. Numa informação da Legião Portuguesa enviada à PIDE, é dito que em maio de 1972 a SEDES contava com 500 membros.

O surgimento da SEDES vai também chamar a atenção da imprensa internacional. O *Daily Telegraph* destacava que era a primeira vez na ditadura que membros do governo e da oposição se uniam tendo em vista a profunda transformação da sociedade portuguesa. Para o periódico francês *Le Monde* parecia tratar-se de um partido político de oposição moderada.

Desde o seu começo a SEDES pretendeu ser “politicamente descomprometida” e tecnocrática.

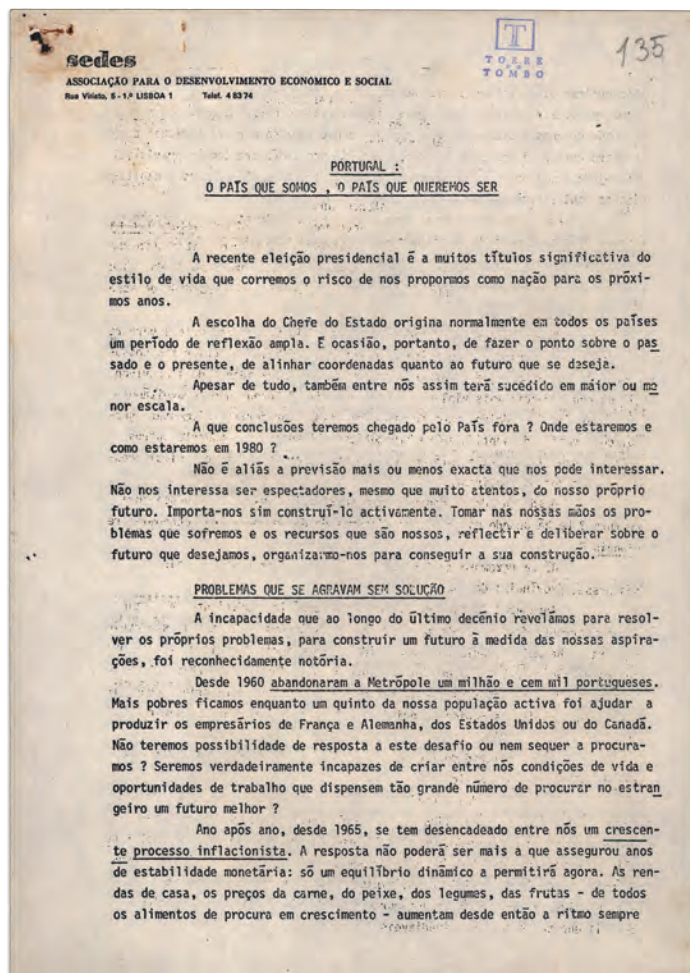
Tinha por objetivos a promoção do planeamento; a democratização do ensino; o desenvolvimento do espírito científico; a multiplicação de formas de associação; a reestruturação dos grandes ramos de atividade; a revisão do sistema fiscal; a criação de um sistema de segurança social; o desenvolvimento regional, o planeamento urbanístico e uma política de solos; e políticas progressistas ao nível da cultura, da ciência e da tecnologia. Para influenciar a sociedade portuguesa, organizava colóquios, criava grupos de debate e de trabalho e editava publicações contendo “perspectivas de acção”.

Esta atividade, no entanto, não passou despercebida. Os setores mais conservadores do regime acusavam os membros da SEDES de se quererem constituir como partido político mascarado de associação, qual “Cavalo de Troia” como chegou a ser designada, pronta a infiltrar-se nas fileiras do próprio regime. Por sua vez, aqueles que se opunham ao Estado Novo, consideravam a SEDES como uma “humilde sucursal do governo” que procurava iludir a opinião pública com promessas de tolerância e abertura.

No rescaldo da eleição presidencial de 1973, que reconduziu o Almirante Américo Tomás no cargo de Presidente da República, não obstante, na revisão constitucional de 1971, alguns deputados da designada Ala Liberal terem pugnado para que a eleição presidencial voltasse a ser realizada por sufrágio direto, o Conselho Coordenador da SEDES redige e publicita um texto da sua autoria intitulado “Portugal: o país que somos, o país que queremos ser”. Este texto é um diagnóstico da situação económica e social de Portugal. O seu objetivo era identificar os problemas do país, refletir sobre que futuro se ambicionava e o modo como tal se poderia alcançar.



Um dos problemas identificados era a falta de oportunidades de trabalho e, consequentemente, de condições de vida na metrópole, que causara a emigração de mais de um milhão de portugueses. A isto, juntava-se uma espiral inflacionista que se fazia sentir desde os finais da década de 1960.



Primeira página do documento *PORTUGAL: O PAÍS QUE SOMOS, O PAÍS QUE QUEREMOS SER* (s.d.).

Fonte: PIDE-DGS, SC, CI(1), Proc. 5331, Vol. 3, NT 1316

"Imagem cedida pelo ANTT".

Constatava-se, ainda, que apesar de Portugal ter dado alguns passos no sentido de uma maior integração europeia, não se tinha desencadeado no país um esforço eficaz para rever as estruturas económicas e métodos de trabalho. Além disso, os empresários portugueses não estavam condições de sobreviver a uma concorrência mais séria.

Outro aspeto apontado era a desagregação das economias regionais sobretudo a partir de 1960. Sem uma base económica sólida, uma parte dos concelhos e distritos do país vinham a despovoar-se. Num território maioritariamente em regressão constatava-se a crescente concentração em Lisboa e no Porto, mas sem o necessário ordenamento urbanístico

Além disso, aludiam à situação da administração pública que se vinha a deteriorar desde início dos anos 1960. Isto traduzia-se, entre outros aspetos, em estruturas desatualizadas, desfasamento crescente das remunerações do funcionalismo e regalias sociais inferiores às do setor privado.

Na opinião dos autores do texto, os problemas expostos tornavam clara e manifesta a necessidade de urgentes transformações. Afirmam mesmo que o país poderia ter alcançado melhores resultados se as potencialidades de progresso tivessem sido plenamente aproveitadas. A frase seguinte é ilustrativa disso mesmo: "O sentimento que nos domina quando olhamos para o último decénio não é o de batalhas que se lutaram e se perderam na frente do desenvolvimento económico e social e da justiça social. Fica-nos mais a frustração pelos combates urgentes cuja necessidade foi interminavelmente discutida, de trabalhos e acções cuja importância foi escamoteada, de decisões que foram remendadas ou arquivadas e de objectivos recusados ou que não chegaram a ser formulados com clareza" e mais à frente conclui-se: "Muito longe ficámos dos resultados que poderíamos ter atingido na luta pelo progresso dos portugueses e de Portugal"

Prosseguindo este diagnóstico da situação do país, referem-se os recursos naturais e as capacidades técnicas que não foram aproveitados, bem como os recursos financeiros que também não eram aplicados no desenvolvimento. A conclusão, que era feita em termos duros e até ousados, não podia ser mais clara: o desenvolvimento económico e social não era uma prioridade

política o que contrastava com a "excessiva polarização do problema ultramarino e a sobrevalorização da estabilidade".

E, se até aqui, os autores referiam-se apenas às urgentes e necessárias transformações na vida social e económica do país, a meio do texto passam a incluir outro elemento também ele necessitado de transformação – o político – e prosseguem: "A verdadeira coragem não está hoje – como nunca esteve na vida das nações – em adiar as opções e mumificar a nossa história de séculos passados. Está sim em definir com nitidez o futuro nacional, traduzi-lo em programas claros, reunir as forças necessárias à sua construção e vencer as resistências que se lhe deparem".

Identificados os problemas, os autores passam a elencar as condições objetivas que permitiriam ao país o ambicionado desenvolvimento.

Estas passavam por:

1. Dinamizar a vida económica, com a atualização permanente das estruturas produtivas e mantendo o ritmo de progresso técnico para criar novos empregos qualificados e recursos para equipamentos e consumos coletivos. Isto exigia, entre outros, o estímulo a pequenas e médias empresas, o aumento do investimento por parte do Estado e uma política de incentivos e orientação fiscal.
2. O fortalecimento do sindicalismo e associativismo dos trabalhadores de modo a permitir a participação destes na construção do futuro nacional, assegurar que o crescimento económico não se traduza em desequilíbrio do rendimento nem em proletarização e degradação das condições sociais dos trabalhadores. É preciso ter presente que o governo Marcelo Caetano tinha, em 1969, empreendido uma abertura no campo sindical, logo anulada a partir de 1971 com o endurecimento da legislação referente à organização dos Sindicatos Nacionais.
3. Um poder político capaz de promover a criação coletiva das regras do desenvolvimento económico, social e político, de assegurar o respeito do seu cumprimento, de garantir o exercício dos indispensáveis mecanismos de correção.
4. Um Estado participado, que assegure a intervenção dos cidadãos no controle dos negócios públicos, pela institucionalização de condições de efetivo exercício do pluralismo político.
5. Dignificação do funcionalismo público, com as garantias económicas e sociais dadas no setor privado.
6. Necessidade de uma informação ampla, pluralista e autêntica para o conhecimento generalizado dos problemas que permita o debate sobre as soluções.
7. Garantia do exercício efetivo dos direitos fundamentais – nomeadamente a liberdade de expressão, de reunião e de associação, "condição da própria realização das pessoas, é essencial à inovação e ao progresso social". Sem isto, a capacidade de equacionar os problemas e analisar as alternativas encontra-se comprometida. "Suprime a criatividade, a capacidade de juízo independente e a liberdade na descoberta e construção do futuro".
8. Reforçavam que não era aceitável que se pretendesse aplicar ao país de então os esquemas concebidos para outras épocas e outras realidades económicas e sociais.

A conclusão deste diagnóstico afirmava que a opção não poderia ser entre a estagnação e a mudança, entre a conservação do passado ou a construção do futuro. A mudança, afirmavam, "será necessariamente traço comum de qualquer alternativa", como povo e como nação apenas de podereria escolher entre o "progresso orientado ou a desagregação descoordenada das estruturas tradicionais".

Então, o futuro a construir teria de ser resultado de ação verdadeiramente nacional: pela definição dos objetivos comuns da maioria dos portugueses, como tarefa de construção coletiva, para uma sociedade em que todos encontrem verdadeiramente condições concretas e duradouras de progresso, de convívio, de cooperação.